

ATIVIDADE: RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO (LAMI);

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Declaração informando o número de funcionários;

18 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229);

19 – Projeto para Implantação de Isolamento Acústico do Compressor, (se for o caso).

20 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

21 – Planta baixa

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;
- c) Áreas de uso comum; e
- d) Estacionamento.

22 – Planta baixa de cada pavimento

Deverá indicar da finalidade de cada sala, de forma a confirmar as informações apresentadas no memorial descritivo.

23 – Projeto de terraplenagem (se for o caso)

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

24 – Projeto do sistema de drenagem

Planta, em escala adequada, do sistema de escoamento das águas pluviais, indicando os locais prováveis de lançamento dessas águas no solo ou no corpo d'água, ou ainda a integração com sistema público de drenagem de águas pluviais, quando for o caso.

25 – Declaração do órgão competente sobre a possibilidade da coleta de resíduos sólidos

Deverá descrever:

- a) O sistema de acondicionamento;
- b) O local de armazenamento;
- c) A coleta;
- d) O transporte;
- e) O tratamento; e
- f) O destino final dos resíduos sólidos (lixo) a serem gerados pelo empreendimento.

26 – Projeto do grupo de geradores de energia elétrica (se for o caso).

27 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio (se for o caso)

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

28 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

29 – Checklist da atividade;

30 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL INTEGRADA (LAMIN).

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Declaração informando o número de funcionários;

18 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229);

19 – Projeto para Implantação de Isolamento Acústico do Compressor, (se for o caso).

20 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

21 – Planta baixa

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;
- c) Áreas de uso comum; e
- d) Estacionamento.

22 – Planta baixa de cada pavimento

Deverá indicar da finalidade de cada sala, de forma a confirmar as informações apresentadas no memorial descritivo.

23 – Projeto de terraplenagem (se for o caso)

Deverá contemplar:

- a) Volume de corte e aterro (memória de cálculo);
- b) Informar se haverá compensação lateral e localização;
- c) Informações sobre bota-fora (volume, localização e projeto de conformação final);
- d) Informar sobre empréstimo (localização e volume de material movimentado); e
- e) Informar quanto a utilização de material oriundo de jazidas licenciadas.

24 – Projeto do sistema de drenagem

Planta, em escala adequada, do sistema de escoamento das águas pluviais, indicando os locais prováveis de lançamento dessas águas no solo ou no corpo d'água, ou ainda a integração com sistema público de drenagem de águas pluviais, quando for o caso.

25 – Declaração do órgão competente sobre a possibilidade da coleta de resíduos sólidos

Deverá descrever:

- a) O sistema de acondicionamento;
- b) O local de armazenamento;
- c) A coleta;
- d) O transporte;
- e) O tratamento; e
- f) O destino final dos resíduos sólidos (lixo) a serem gerados pelo empreendimento.

26 – Projeto do grupo de geradores de energia elétrica (se for o caso).

27 – Projeto do canteiro de obras e áreas de apoio (se for o caso)

Deverá contemplar:

- a) Histograma de mão-de-obra;
- b) Planta geral do canteiro, com indicação da localização das instalações e sistemas de controle;
- c) Infraestrutura de saneamento básico: fonte de abastecimento de água, armazenamento de resíduos e tratamento e disposição final de esgoto sanitário;
- d) Memória de cálculo do sistema de tratamento de esgoto sanitário (inclusive das frentes de obra); e
- e) Áreas de manutenção, de armazenamento e abastecimento de máquinas/equipamentos, área de lavagem de veículos, usinas de asfalto, britagem, áreas de armazenamento de produtos químicos.

28 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

29 – Checklist da atividade;

30 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL DE OPERAÇÃO (LAMO).

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Declaração informando o número de funcionários;

18 – Projeto para Implantação de Sistema Fossa, Filtro e Sumidouro para os casos onde não exista tratamento pela concessionária (NBR 7229);

19 – Projeto para Implantação de Isolamento Acústico do Compressor, (se for o caso).

20 – Formulário de Cadastro

Formulário de Cadastro de Obras Diversas simplificado (Form. 05) preenchido e assinado pelo representante legal.

21 – Planta baixa

Em escala compatível, indicando no mínimo os seguintes elementos:

- a) Edificações;
- b) Rede coletora e unidades de tratamento de efluentes;
- c) Áreas de uso comum; e
- d) Estacionamento.

22 – Planta baixa de cada pavimento

Deverá indicar a finalidade de cada sala, de forma a confirmar as informações apresentadas no memorial descritivo.

23 – Projeto do sistema de drenagem (se for o caso).

Planta, em escala adequada, do sistema de escoamento das águas pluviais, indicando os locais prováveis de lançamento dessas águas no solo ou no corpo d'água, ou ainda a integração com sistema público de drenagem de águas pluviais, quando for o caso.

24 – Declaração do órgão competente sobre a possibilidade da coleta de resíduos sólidos

Deverá descrever:

- a) O sistema de acondicionamento;
- b) O local de armazenamento;
- c) A coleta;
- d) O transporte;
- e) O tratamento; e
- f) O destino final dos resíduos sólidos (lixo) a serem gerados pelo empreendimento.

25 – Projeto do grupo de geradores de energia elétrica (se for o caso).

26 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

27 – Checklist da atividade;

28 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.

ATIVIDADE: RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA (LAMP).

1 – Requerimento

Formulário no site da Prefeitura de Cantagalo na página da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SMMADS no Portal de Licenciamento.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) e Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento da SMMADS.

9 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

10 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

11 – Planta de localização

Em cópia de plantas do IBGE, mapas do programa Google Earth, croquis ou outros, georreferenciada, no sistema de projeção UTM ou Geográfica, com coordenadas do polígono do imóvel e da área de intervenção.

12 – Certidão de Zoneamento Municipal

13 – Comprovante de titularidade da propriedade:

13.1 IPTU; ou ITR; ou RGI; ou Escritura do Imóvel; ou Promessa de Compra e Venda registrada em cartório;

13.2 Contrato de locação, de comodato ou Carta de anuência do proprietário, para os casos em que a propriedade não esteja em nome do requerente;

14 – Conta de Água ou Outorga para uso de recurso hídrico;

15 – Conta de luz;

16 – Certificado de Faixa Marginal de Proteção – FMP, (se for o caso).

17 – Cópias do DAM e do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento.

18 – Checklist da atividade;

19 – Enquadramento da atividade.

No Portal do Licenciamento estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.